



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ,
ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA EM 07 DE
JULHO DE 2026.

MESA EXECUTIVA:

JORGE TORQUATO JUNIOR
PAULO CEZAR MIYAZAKI
NEUZA COSTA SOUZA

Aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná, à hora regimental, no Anfiteatro do Centro Estadual de Educação Profissional Profª Maria Lúcia Cescato Bomtempo – CEEP, situado na Rua Edgar Bardal s/n, presentes os Senhores Vereadores: ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, JORGE TORQUATO JUNIOR, NEUZA COSTA SOUZA, PAULO CEZAR MIYAZAKI, PAULO HARA, RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE e ROSANO CUSTÓDIO, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, sob a presidência do Senhor Vereador JORGE TORQUATO JUNIOR e Secretariado pelos Vereadores Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. E por estar em número legal e sobre proteção de Deus o senhor Presidente declarou aberta a sessão. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, iniciou a sessão dando as boas-vindas aos presentes, em especial aos profissionais da educação, e informou que a Câmara estava utilizando temporariamente as instalações do colégio devido à reforma da sede. Em seguida, convidou o Vereador Paulo Hara para realizar a leitura bíblica do Salmo 120. Após a leitura bíblica, o Presidente solicitou à Secretária da Casa que procedesse à leitura da ata da vigésima sessão ordinária, realizada em 30 de junho de 2026. A ata foi colocada à disposição dos vereadores e, não havendo manifestações, foi considerada aprovada. Na fase de Leitura de Matérias e Expediente, foram lidos os seguintes documentos: Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos, Tomadas de Contas, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 22/2026, de 15 de junho de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que institui a política municipal de proteção e defesa civil, cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil; Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento de Tomada de Contas e Educação e Saúde Pública, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 23/2026, de 1º de junho de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que institui a Corregedoria Geral do Município de Assaí e cria a Corregedoria Adjunta da Guarda Civil Municipal; Representação de apuração de possível descumprimento da Lei Municipal nº 1960, de 2026, e da possível configuração de infração político-administrativa prevista no artigo 4º, inciso 7º, Decreto-Lei nº 201, de 1967, de autoria do Sr. Alan Chaves da Silva, em face do Prefeito Municipal, Michel Ângelo Bomtempo. Todos despachados para a ordem do dia da presente Sessão. Em seguida, o Presidente convidou a Secretária Municipal de Educação, Josiane Santana Scheffer, para prestar esclarecimentos sobre os assuntos em pauta, conforme convocação. A Secretária teve 20 minutos para sua explanação, seguindo o artigo 189 do Regimento Interno. A Secretária Josiane Santana Scheffer iniciou sua fala agradecendo a presença e esclarecendo que os profissionais da educação presentes não foram convocados. Abordou o ocorrido no CMEI Prefeito José Carlos da Cruz, referente à saída de uma criança de três anos. Informou que o incidente ocorreu em 29 de maio, e não na primeira semana de junho, como constava na convocação. Detalhou que a criança saiu acompanhando outras crianças que estavam sendo buscadas por um pai, e que o portão não estava desguarnecido, havendo



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

funcionários presentes. A criança, ao ver o pai, atravessou a rua e foi para a casa da tia. A Secretária ressaltou que a família foi acolhida e que a situação foi resolvida, com a abertura de sindicância para apuração dos fatos. Mencionou que a Secretaria de Educação está intensificando os protocolos de segurança, incluindo a orientação para chamar as crianças pelo nome completo no momento da saída, e que o município investiu em câmeras de segurança. Informou também sobre a futura Guarda Municipal, que dará suporte às unidades escolares. Negou a falta de funcionários nas creches, afirmando que todas as turmas possuem o número adequado de profissionais. Em seguida, a Secretária abordou o Projeto Talento Esportivo, explicando que o projeto, iniciado em setembro do ano anterior, visa descobrir talentos no esporte e avaliar a saúde e aptidão física dos alunos. Justificou a contratação da empresa por inexigibilidade devido à notória especialização do Professor Antônio, que faz parte do Comitê Olímpico Brasileiro. Detalhou que a primeira etapa do projeto envolveu a coleta de dados e testes de saúde e aptidão física, e que a segunda etapa incluirá um planejamento com programas de saúde física, atividade esportiva e esporte especializado, visando aprimorar o currículo e identificar alunos com aptidão para modalidades específicas. Concluiu afirmando que o projeto é inédito no Brasil e que os resultados serão apresentados futuramente. Após a explanação da Secretária, os vereadores inscritos tiveram a oportunidade de fazer perguntas. O Vereador Rosano Custódio, autor do pedido de convocação, fez suas perguntas. Inicialmente, questionou se a Secretária sabia quem era o presidente da Comissão de Educação, Saúde e Meio Ambiente, ao que a Secretária confirmou ser o próprio Vereador Rosano, juntamente com os Vereadores Raidar e Alessandro. O Vereador Rosano expressou que o objetivo da convocação era buscar esclarecimentos e mais segurança para as creches, e não questionar a competência dos profissionais. A Secretária respondeu que foram elaborados novos protocolos de segurança, realizadas reuniões com as diretoras e que a Guarda Municipal oferecerá suporte adicional. O Vereador Rosano também perguntou sobre a instalação de ar condicionado nas creches. A Secretária informou que a nova Supercreche, que está 95% pronta e deve ser inaugurada no próximo ano, terá estrutura impecável e que as duas creches menores, Cida Garcia e Criança Feliz, serão transferidas para a nova unidade. O Vereador Rosano agradeceu as respostas e encerrou suas perguntas. O Vereador Carlos Junior da Silva, segundo inscrito, iniciou sua fala ressaltando que a convocação de um secretário é um procedimento normal e que as perguntas surgem das demandas da população. Questionou o investimento de R\$ 298 mil no Projeto Talento Esportivo, argumentando que o dinheiro deveria ser do esporte e que os profissionais da educação do município poderiam realizar o trabalho de forma mais econômica. A Secretária Josiane Scheffer respondeu que o valor é um investimento nas crianças da educação e que os quatro professores de educação física do município não teriam tempo hábil para avaliar duas mil crianças sem comprometer as aulas. O Vereador Carlos Junior da Silva argumentou que a maioria dos funcionários que trabalharam no projeto são servidores públicos e que não poderiam atuar em empresa contratada. A Secretária informou que a colaboração dos funcionários está prevista no plano de trabalho e possui parecer jurídico favorável. O Vereador Carlos Junior da Silva expressou ceticismo quanto à capacidade do município de desenvolver talentos esportivos, dada a falta de investimento no esporte, e criticou a Secretária por "viajar na maionese". A Secretária exigiu respeito, afirmando que não "viaja na maionese" e que o projeto será um sucesso. O Vereador Carlos Junior da Silva reiterou a necessidade de respeito mútuo. O Presidente interveio, pedindo ordem e respeito aos tempos de fala. A Secretária concluiu sua fala sobre o projeto, afirmando que o município tem capacidade e que o projeto bilíngue e as escolas cívico-militares são exemplos de sucesso. O Vereador Alessandro Cezar Torquato, terceiro inscrito, abdicou de suas perguntas, citando uma situação pessoal da Secretária. A Vereadora Neuza Costa Souza, quarta inscrita, também abdicou de suas perguntas,



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

expressando solidariedade à Secretária. O Vereador Paulo Hara, quinto inscrito, parabenizou a Secretária e a equipe da educação pelo trabalho, destacando a melhoria do nível de ensino no município. A Secretária agradeceu e reforçou o compromisso com a educação de qualidade. Após a sabatina, o Presidente declarou a suspensão da sessão por cinco minutos. Retomada a sessão, o Presidente passou à Ordem do Dia. Por questão de Ordem o Vereador Paulo Hara solicitou que os Projetos de Lei nº 22/2026 e nº 23/2026 fossem votados em discussão e votação únicas, tendo em vista a aprovação das comissões. Em seguida, foi discutido o pedido de urgência do Vereador Paulo Hara para os Projetos de Lei nº 22 e 23/2026. Não havendo manifestações, o pedido foi aprovado por unanimidade de votos. Prosseguindo o Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 23/2026, que institui a Corregedoria Geral do Município de Assaí e cria a Corregedoria Adjunta da Guarda Civil Municipal. O Vereador Carlos Junior da Silva manifestou-se, lembrando que a criação da corregedoria já havia sido discutida quando da votação do projeto da Guarda Municipal, mas o Prefeito não aceitou a emenda. Criticou a postura do Executivo em não aceitar sugestões dos vereadores e só agora enviar o projeto. O Vereador Alessandro Cezar Torquato corroborou a fala do Vereador Carlos Junior da Silva, afirmando que a corregedoria deveria ter sido criada há muito tempo. O Vereador Rosano Custódio também criticou a postura do Prefeito em não aceitar emendas dos vereadores e só agora enviar o projeto da corregedoria, ressaltando que os vereadores estão dispostos a ajudar o município. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, defendeu a importância da Guarda Municipal e da Corregedoria para o município, parabenizando o Vereador Paulo Cezar Miyazaki pela iniciativa do projeto e o Prefeito por colocá-lo em prática. Não havendo mais manifestações, o Projeto de Lei nº 23/2026 foi aprovado por unanimidade de votos em primeira e única discussão. Foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 22/2026, que institui a política municipal de proteção e defesa civil, cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil. Não havendo manifestações, o Projeto de Lei nº 22/2026 foi aprovado por unanimidade de votos em primeira e única discussão e votação. Passou-se à discussão da Representação para apuração de possível descumprimento da Lei Municipal nº 1960 de 2026, em face do Prefeito Municipal. O Vereador Alessandro Cezar Torquato comparou a representação à comissão processante que foi aberta contra ele no ano anterior, solicitando que os vereadores aceitassem a representação para investigar as arbitrariedades cometidas pelo Prefeito em relação à exigência do GOV, que prejudicou a população. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade declarou-se contra a representação, afirmando que não foi eleito para cassar ninguém. O Vereador Carlos Junior da Silva esclareceu que se tratava de um pedido de representação, não de cassação, e que era direito do munícipe representar contra o Prefeito se sentisse lesado. Argumentou que a função do vereador é investigar e que o Prefeito deve cumprir as leis aprovadas pela Câmara. O Vereador Rosano Custódio afirmou que, como presidente da comissão de saúde, educação e meio ambiente, seria covarde se não aceitasse a denúncia de um cidadão comum. Defendeu a investigação para que o Prefeito responda por seus atos, caso haja irregularidades. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, expressou sua opinião contrária à representação, citando o desgaste de processos anteriores e o fato de que o problema do GOV já havia sido resolvido pela atuação dos vereadores e do Ministério Público. Elogiou a administração do Prefeito Tutti Bomtempo e suas benfeitorias para o município. Após as manifestações, a representação foi colocada em votação. Os vereadores Alessandro Cezar Torquato, Carlos Junior da Silva, Clésio Carlos Cruz e Rosano Custódio votaram "Sim" para aceitar a representação. Os vereadores Neuza Costa Souza, Paulo Cezar Miyazaki, Paulo Hara e Raidar Ahmad Ali Chehade votaram "Não" para recusar a representação. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, votou "Não", desempatando a votação. A representação foi rejeitada por 5 votos a 4. Em seguida o



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 10/2026, de 14 de abril de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027. Não havendo manifestações, a LDO foi aprovada por unanimidade de votos em segunda discussão e votação. Encerrados os projetos em pauta, passou-se às Explicações Pessoais. O Vereador Rosano Custódio lamentou a dificuldade em fazer valer a vontade popular e criticou a postura do Prefeito em vetar a emenda ao projeto estudantil, que visava beneficiar os alunos carentes. Acusou o Prefeito de agir por arrogância e de querer aprovar um cargo de R\$ 17.600,00 em troca da aprovação do auxílio estudantil. Expressou sua frustração e desânimo com a situação. O Vereador Alessandro Cezar Torquato criticou os argumentos do Presidente sobre as benfeitorias do Prefeito, afirmando que estas não justificam irregularidades. Lamentou a situação do país e do município, citando a falta de dipirona na farmácia municipal. Criticou a nota da Agência Vale do Sol, que, segundo ele, tentou jogar os vereadores contra os alunos ao alegar que as alterações na lei do transporte universitário inviabilizariam o programa. Acusou o Prefeito de ter dinheiro para luxos, mas não para o transporte dos alunos. O Vereador Carlos Junior da Silva parabenizou o Vereador Rosano Custódio pelo projeto do transporte estudantil e expressou sua tristeza com o desânimo do colega. Criticou a falta de respeito de alguns secretários com os vereadores e a plateia que aplaude sem cobrar seus representantes. Informou que o Deputado Estadual Moacir Fadel liberou R\$ 200 mil para aquisição de equipamentos e medicamentos para o município, e que o dinheiro está no gabinete do Prefeito, dependendo apenas de sua assinatura. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, agradeceu a presença de todos e defendeu a importância do respeito mútuo nas discussões. Reafirmou seu compromisso com a democracia e o respeito às diferentes opiniões. Mencionou que irá verificar a situação da falta de dipirona na farmácia e que irá conversar com o Prefeito sobre a lei do transporte universitário. Elogiou a educação do município e as benfeitorias da administração. O Vereador Paulo Hara abdicou de sua fala. Esgotadas as matérias em pauta e as explicações pessoais, o Presidente agradeceu a presença de todos e, em nome de Deus, declarou encerrados os trabalhos da presente sessão.